

II – encaminhar, para pagamento, a folha mensal das prestações de benefícios;
III – acompanhar a evolução das receitas, visando o equilíbrio financeiro do sistema;
IV – orientar, supervisionar, avaliar e controlar as atividades de sua competência, desenvolvidas nos níveis regional e local;
V – promover o acompanhamento dos convênios, contratos, acordos e ajustes, visando à prestação de benefícios aos segurados e seus dependentes;
VI – Exercer outras atividades correlatas.

SUBSEÇÃO I

DA COORDENAÇÃO DE COMPENSAÇÃO DE PREVIDÊNCIA

Art. 37 – À Coordenação de Compensação De Previdência, órgão diretamente subordinado à Unidade de Previdência, compete:
I - desenvolver as operações referentes à compensação financeira entre os diversos regimes de previdência social;
II – promover a habilitação do Regime Próprio à compensação de Previdência, através do encaminhamento de requerimentos de testes, devidamente acompanhados dos documentos exigidos, à Gerência do Projeto de Compensação De Previdência do INSS, para verificação e avaliação dos procedimentos;
III - desenvolver outras atividades que lhe forem atribuídas, com a finalidade de evitar prejuízos financeiros ao IAPEP.

SUBSEÇÃO II

DA COORDENAÇÃO DE BENEFÍCIOS

Art. 38 – A Coordenação de Benefícios, órgão diretamente subordinado à Unidade de Previdência, tem por competência:
I - expedir certidões de tempo de contribuição aos segurados do regime previdenciário estadual;
II – gerenciar o sistema previdenciário - SIPREV, a nível estadual;
III – através da Supervisão de Cadastro:
a) expedir e revalidar carteira de identificação para os beneficiários;
b) planejar, coordenar, executar, supervisionar e controlar as atividades de cadastro de segurados e dependentes, bem como a sua permanente atualização;
c) instruir processos no que se refere a informações cadastrais dos segurados e seus dependentes;
IV – através da Supervisão de Concessão de Benefícios:
a) implantar os benefícios concedidos e as alterações a serem procedidas, exercendo o controle sobre a manutenção dos mesmos;
b) elaborar folha mensal de pagamento das prestações de benefícios;
c) instruir processos de concessão de benefícios previdenciários, no que se refere a cálculos de benefícios;
d) emitir extrato de contribuição de Previdência;
e) emitir outras certidões;
V - desenvolver outras atividades correlatas.

SUBSEÇÃO III

DA COORDENAÇÃO DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS ATUARIAIS

Art. 39 – À Coordenação de Estatísticas e Estudos Atuariais, órgão diretamente subordinado à Unidade de Previdência, compete:
I - realizar estudos para atualização periódica de contribuições e de taxas de benefícios, inclusive as de participação no custeio de atividades assistenciais;
II - proceder ao cálculo das reservas e as avaliações atuariais periódicas, base dos planos de custeio;
III - acompanhar os planos trienais de custeio;
IV - articular-se com a Coordenação de Finanças para elaboração de gráficos demonstrativos da evolução de receita e despesa da Autarquia;
V - compilar dados e elaborar gráficos referentes às atividades da Autarquia, para fins de controle técnico administrativo e de divulgação;
VI - executar outras atividades na área de sua competência.

SUBSEÇÃO IV

DA COORDENAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA

Art. 40 – A Coordenação de Perícia Médica, órgão diretamente subordinado à Unidade de Previdência, tem por competência:
I - realizar perícias médicas para avaliar a capacidade laborativa dos segurados e de seus dependentes, para efeito de concessão de benefícios;
II - promover exames de sanidade e de capacitação física e mental de servidores do Estado, para fins de posse e de exercício;
III - pronunciar-se em processo sobre capacitação física e mental de servidores do Estado;
IV - realizar exames para fim de constatação de invalidez para inscrição e revalidação desta como dependente;
V - realizar exames de sanidade, para fim de inscrição de segurado facultativo;
VI - realizar perícias médicas para atender o Poder Judiciário em ações em que o Estado seja parte;

VII - através da Supervisão de Operação e Apoio Administrativo:

- a) organizar e manter o arquivo de documentos;
- b) elaborar mapas estatísticos de perícias médicas realizadas na capital e no interior;
- c) acompanhar e controlar a realização das perícias médicas na capital e interior, para efeito de pagamento dos médicos peritos;
- d) receber, distribuir, arquivar e expedir correspondência;
- VI - desenvolver outras atividades correlatas.

SUBSEÇÃO IV

DA COORDENAÇÃO DE CADASTRO DA PREVIDÊNCIA

Art. 41 – A Coordenação de Cadastro da Previdência, órgão diretamente subordinado à Unidade de Previdência, tem por competência:
I – coordenar o Sistema Previdenciário - SIPREV, a nível estadual;
II planejar, coordenar e supervisionar as atividades de cadastro de segurados e dependentes, bem como a sua permanente atualização;
III - instruir processos no que se refere a informações cadastrais dos segurados e seus dependentes;
IV – Colaborar na elaboração de rotinas e outras normas da autarquia que envolva cadastro de Beneficiários.
V – através da Supervisão de Cadastro:
a) executar, e controlar as atividades de cadastro de segurados e dependentes, bem como a sua permanente atualização;
b) verificar a autenticidade da documentação constante nos processos de benefício;
c) emitir extrato de contribuição de Previdência;
d) emitir outras certidões;
e) prestar informações em processos relativamente a registros cadastrais de segurados e dependentes encaminhando, quando for o caso, a apreciação do Coordenador de Cadastro da Previdência;
f) atualizar os dados cadastrais dos beneficiários da previdência constantes no SIPREV.

SUBSEÇÃO V

DA COORDENAÇÃO DE INATIVOS

Art. 42 – A Coordenação de Inativos, órgão diretamente subordinado à Unidade de Previdência, tem por competência:
I – instruir os processos de concessões de aposentadorias, no que se refere aos cálculos do benefício;
II- implantar os benefícios concedidos de aposentadoria e as alterações a serem procedidas, exercendo o controle sobre a manutenção dos mesmos;
III – através da Supervisão da Folha de Pagamento de Inativos:
a) elaborar as folhas mensais de pagamento dos inativos e suas devidas alterações.

SUBSEÇÃO VI

DA COORDENAÇÃO DE PENSIONISTAS

Art. 43 – A Coordenação de Pensionistas, órgão diretamente subordinado à Unidade de Previdência, tem por competência:
I - instruir processos de concessão de pensões, no que se refere aos cálculos do benefício;
II - implantar os benefícios concedidos de pensões e as alterações a serem procedidas, exercendo o controle sobre a manutenção dos mesmos;
III - através da Supervisão da Folha de Pagamento de Pensões:
a) elaborar as folhas mensais de pagamento dos pensionistas e suas devidas alterações.
IV - desenvolver outras atividades correlatas.

SEÇÃO X

DA UNIDADE DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE E SOCIAL

Art. 44 – À Unidade de Assistência à Saúde e Social compete:
I – implementar e gerenciar políticas de assistência à saúde integral dos beneficiários do Sistema;
II – realizar o acompanhamento sistemático do processo de atendimento ao usuário;
III – avaliar as ações de saúde desenvolvidas pela rede credenciada, propor o pagamento de despesas com saúde e implementar ações que assegurem o equilíbrio financeiro da assistência à saúde ambulatorial e hospitalar;
IV – normatizar a prestação de serviços de saúde, no que diz respeito à assistência integral, no âmbito ambulatorial, hospitalar e odontológico, visando o controle e qualidade dos serviços prestados pelos estabelecimentos e profissionais conveniados;
V – elaborar informativos contendo dados cadastrais dos credenciados, a fim de possibilitar aos segurados e dependentes, dentro das possibilidades, o direito de escolha;
VI – executar outras atividades referentes à sua finalidade.